

País dos Nãos
Jean Pierre Chauvin¹

“[...] a percepção não é um processo puramente passivo”
(Sigmund Freud)²

“No dia seguinte ninguém morreu”
(José Saramago)³

Vira e mexe, “nossos” desgovernantes manifestam sua terrível sanha pseudopatriótica e anti-modernizante, embora afirmem o contrário. Para citar apenas um caso, lembro a terrível (e mortal) Gripe Espanhola, que se espalhou pelo mundo em 1918, logo após a Primeira Guerra Mundial. Estima-se que o vírus tenha levado 20 milhões de pessoas ao óbito.

Em primeiro de abril de 2020, o jornalista e historiador Eduardo Bueno⁴ chamou atenção para o acontecimento, em seu canal do *Youtube*. Sob o tom divertido com que resgata documentos e discute fatos, ele propôs paralelos impressionantes com a situação enfrentada no Brasil de hoje – submetido a um desgoverno cujo discurso, além de irresponsável, revela descaso com toda e qualquer questão que fuja à dimensão pessoal, familiar ou negocial dos tipos que compõem esse controverso *staff*.

Aqui, como lá, a doença mortal foi mal dimensionada e subnotificada. Assim como aconteceu em outubro de 1918, supostas autoridades do governo, negaram o grau de letalidade e impacto da(s) doença(s). O que mais assusta é o modo como a linguagem, seja ela mais cuidada, seja evidentemente tosca, é/foi empregada por figuras que ocupam(vam) cargos públicos que pressupõem cuidado com o povo e responsabilidade para com o país.

A “gripezinha” provocada pelo *Covid-19*, assim denominada pelo atual Presidente da República há algumas semanas, reverbera a suposta “benignidade da

¹ Pesquisador do Labelle. Leciona *Cultura e Literatura Brasileira* na ECA. Atua no programa de Pós-Graduação em Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH, USP. Colabora nos portais *GGN* e *A Terra é Redonda*.

² “A Negação”. In: *Obras Completas*, v. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 275-282.

³ *As Intermitências da Morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 11.

⁴ “Gripe espanhola - a gripezinha que matou 20 milhões”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UIta1pNmzs> – Acesso em 30 de abril de 2020.

doença”⁵ *Influenza*, anunciada em 10 de outubro de 1918, pelo então Diretor Geral de Saúde Pública, Carlos Pinto Seidl. Pior. Desde 28 de abril de 2020, o famigerado “E daí?”, preferido por Jair Messias Bolsonaro em coletiva à imprensa, no “cercadinho” do Planalto, face aos mais de cinco mil mortos pela doença no país, reverbera dentro e fora desta neocolônia. Poderíamos repetir, hoje, praticamente o mesmo protesto que percorreu a imprensa brasileira, um século atrás:

O desconhecimento da identidade específica da gripe se transformou em um problema político e social. A insistência em defender a benignidade da doença e o declínio da epidemia diante do caos presenciado nas ruas da capital federal foi encarada como uma demonstração de passividade e rendeu ferrenhas críticas ao governo. Do mesmo modo, a morosidade em estabelecer medidas profiláticas e as limitações estruturais que afetavam as instâncias de saúde durante o combate à epidemia de gripe despertaram a ira popular sobre diversos personagens do governo, e o próprio presidente Wenceslau Braz e o então diretor da Saúde Pública, Carlos Seidl, foram seus principais alvos.⁶

Evidentemente, não descemos até aqui por acaso.

Desde o horroroso espetáculo que pautou o impedimento de Dilma Vana Rousseff, encerrado em agosto de 2016, os pequenos (mas importantes) avanços sociais, com impacto na educação, na saúde, na cultura e na infraestrutura do país, vêm sendo substituídos, quando não soterrados, pela ilógica do Estado, que de mínimo passou a nulo. *Deo gratias*. Nesta neocolônia, a única célula pública que restou foi a dos políticos – seres abjetos e mal-intencionados que, salvo honrosas exceções, demonizam a assistência social, confundindo-a intencionalmente com sintoma comunista.

Neste, e em diversos momentos da violenta e acidentada história nacional, faltou aos inimigos do povo justificar a sua desimportância (tão bem remunerada); a especulação com milhões de hectares de terras (que podem ser mortas, mas não serem ocupadas pelo homem do campo); o descaso para com as camadas sociais (que dizem representar); a postura cabisbaixa dos que “amam a pátria”, diante dos EUA; a confusão que estabelecem entre pastoreio neopentecostal (que abençoa água via satélite), capitaneado por sujeitos sem maior competência que extorquir dinheiro dos que menos têm.

⁵ Cf. Adriana da Costa Goulart. Revisitando a Espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, 2005, pp. 101-42.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 118.

Para essas criaturas, entre a claque remunerada e os fiéis seguidores, toda e qualquer forma de conhecimento pode ser contestada com astrologia e outras variantes da palavra que sequer atingem o lugar-comum. Eles dizem não para a História, embora discurssem em nome de uma tradição a zelar; negam a diversidade, ignoram as diferenças e tratoram o pensamento crítico, pois acreditam que só há um modo de viver – segundo a ilógica rasa, voraz e egoísta dos espertos. Na falta de argumentos consistentes, vociferam bravatas; em vez de emancipar para o povo, reforçam táticas de cabresto; em lugar de estimular a economia solidária, elogiam a livre-iniciativa (no país-colônia em que há mais empreendimento que mercado de consumo).

A reafirmação do dogma, o moralismo de araque, o discurso anti-corrupção, a defesa da (suposta) liberdade individual, a sacralização do mercado, a bênção da propriedade, a privatização dos recursos naturais e desestatização das instituições e empresas que melhor funcionam, tudo entra na órbita negativa e risonha da desfaçatez. Não bastou eleger palhaços e outras nulidades como deputados; era preciso dar uma rasteira na presidenta eleita democraticamente, segundo a lógica do *playboy* que pratica coronelato no campo, com direito à tráfico em pó e tráfico aéreo, ambos particulares e escandalosos praticados pelo “cidadão de bem” – provável resquício das formas de tratamento herdadas à colonização europeia, que vigorou por 322 anos. Não bastou rimar titica com “pior que está não fica”. Mas a prova dos nove foi eleger um mito, esquecendo-se que, desde os gregos da Antiguidade, mito não passa de narrativa fictícia.

Entre o privilégio e a exclusão; entre o deboche e o factóide, por motivos variados, mas infundados e incoerentes, a figura do professor foi demonizada, precarizada, maltratada. Primeiro, disseram que éramos vagabundos e preguiçosos; depois, que tínhamos duas “férias” por ano; em seguida, que doutrinávamos as inocentes crianças e adolescentes do Brasil, abaixo de Deus, mas repleto de testosterona varonil; finalmente, que devemos ser delatados, mesmo porque valem menos que alguns dentre os muito penduricalhos dos juizes, deputados, senadores e homens mega-blindados do poder dito executivo.

De muitos não se compõe e desfaz o país: da negação da História passa-se à negação do outro e à supressão de direitos mínimos; da mania de distinção, decorre a

interdição do aeroporto, a queixa do cheiro, do jeito, da fala, do andar, do gesto, do vocabulário do “pobre”. Certa feita, chegou a pandemia. E cá ficou. As aberrações – que se especializaram em decretar celibato, determinar cores de roupa, atribuir sabedoria a falsos profetas, perdoar a dívida de apoiadores da ideologia genocida, cortar bolsas, chantagear reitores, premiar delatores, punir sem provas etc – somaram o não fatal (negar a pandemia) aos não, todos os não.

Combinados ao revisionismo mal-intencionado da história, a desinformação e o negacionismo da ciência relembram que a única face assertiva do *não* consiste em diferenciar os vivos e igualar os mortos – estejam eles na via pública ou na vala comum. Hoje, assim como há um século, trocou-se a certificação científica pela esperança na imprensa, como revela um artigo do *Correio da Manhã*, veiculado em 24 de outubro de 1918:

Essa repartição, que se denomina por uma atroz ironia — Saúde Pública — tinha o dever, senão de impedir por completo a irrupção de uma epidemia nefasta, de minorar-lhe os efeitos, de empregar todos os meios para impedir essa irradiação tremenda enquanto tinha pessoal em saúde e bastante para o trabalho. Em vez disso, cruza (...) os braços, declara-se impotente para qualquer medida e confessa, criminosamente, a completa falência de suas medidas higiênicas.⁷

Não por acaso, isto (essa terra de grileiros, desmatadores, assassinos de índios, de idosos, de crianças) não configura um país. Nosso povo não é coerente; os desgovernos não cuidam da gente; a vacina não vai dar; os testes não serão feitos; a corrupção não será combatida; os enterros não serão dignos. Acima, ou abaixo de todos, a fé não (se) salvará; a política não (vos) modernizará. Nem uma, nem outra, nem ninguém (nos) libertará da estúpida e cega desfaçatez.

[São Paulo, 30 de abril de 2020]

⁷ Transcrito a partir do artigo de Adriana da Costa Goulart, citado na Nota 5.